

CNDH insiste na criação de Código de Conduta

(Maputo) Os defensores dos direitos humanos voltaram a chamar atenção na necessidade de envidar -se esforços para evitar a violação dos direitos humanos na intervenção militar da força conjunta da SADC e de países que colaboram no âmbito da cooperação bilateral na luta contra o terrorismo em Cabo Delgado. Depois de, há duas semanas, o Observatório das Mulheres (uma rede de organizações da sociedade civil e defensores dos direitos das Mulheres), ter alertado que a entrada de tropas estrangeiras no País deve ser feito com uma abordagem em consonância com os maiores padrões de direitos humanos, que não vulnerabilize ainda mais as mulheres, ontem foi a vez da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) a defender a mesma tese. A CNDH também chama atenção para a necessidade de se conceber, “com carácter de urgência”, um código de conduta que deve reger o relacionamento entre os militares estrangeiros com as comunidades locais, na província de Cabo Delgado, de modo a mitigar a ocorrência de possíveis situações que possam colocar em causa a salvaguarda dos direitos humanos, sobretudo, de mulheres e raparigas. Este alerta foi avançado por Luís Bitone, presidente do CNDH, durante uma mesa redonda virtual, organizada pelo Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) com o tema “presença militar estrangeira: riscos e desafios na protecção dos direitos humanos e espaço democrático em Cabo Delgado. No encontro, Bitone sublinhou haver, igualmente, a necessidade de se reforçar os mecanismos de coordenação das forças estrangeiras para evitar possíveis abusos, bem como a avaliação periódica da sua contribuição para tomada de possíveis medidas correctivas. “Em todas as forças estrangeiras deve-se integrar os membros das Forças de Defesa e Segurança para facilitarem a comunicação com as comunidades locais”, disse Bitone para quem é premente, igualmente, identificar dentro das comunidades locais pessoas que possam servir de ligação entre a força estrangeira e a comunidade, uma medida que, segundo afirma, “vai mitigar o fraco conhecimento das culturas, tradições e práticas locais”. Para Bitone, há ainda a necessidade de se constituir uma plataforma acessível, flexível e funcional de apresentação de reclamações, queixas e denúncias da actuação da força estrangeira, a qual deverá incluir membros da comunidade, das Forças de Defesa e Segurança (FDS) e autoridades locais. No mesmo evento, diversos académicos nacionais e membros das organizações da sociedade civil defenderam que a presença de tropas estrangeiras para o apoio no combate do terrorismo em Cabo Delgado, não deve significar o alastramento do conflito armado, mas sim de busca de mecanismos para a sua erradicação no território nacional, salvaguardando, sobretudo, a questão relacionada com os direitos humanos em Moçambique. Eгна Sidumo, investigadora da Universidade Joaquim Chissano (UJC), aponta que vários são os desafios da presença militar estrangeira no País, dos quais a possibilidade da escalada do conflito. “Outro risco é o de alastramento do raio de acção dos terroristas para outras províncias, como Niassa e Nampula, na medida em que a crescente militarização da região pode exacerbar as redes de radicalização locais e iniciar um processo de expansão e recrutamento de pessoas para a redes terroristas”, disse Sidumo, juntando que há, igualmente, riscos de maior número de deslocados e de violações de direitos humanos em consequência da escalada do conflito. (E. Conzo)

Mediafax, 30.07.2021, Pág. 2 e 3, Ed. nº 7375